

***CONTAS DE  
GOVERNO  
MUNICIPAL***

***SUMIDOURO***

***2021***

***Relatora  
Conselheira Substituta  
ANDREA SIQUEIRA MARTINS***

## Sumário

<b>A)</b>	<b>RELATÓRIO .....</b>	<b>5</b>
<b>B)</b>	<b>VOTO .....</b>	<b>8</b>
1	INTRODUÇÃO .....	8
2	ASPECTOS FORMAIS .....	8
2.1	PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	9
2.2	RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	9
2.3	CONSOLIDAÇÃO .....	9
3	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	11
3.1	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS .....	11
3.1.1	AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS .....	11
3.1.2	AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).....	12
3.1.3	AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS.....	13
3.1.4	DOS CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS.....	15
3.1.5	FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS .....	15
3.1.6	ORÇAMENTO FINAL.....	16
3.2	RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	17
3.2.1	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	17
3.2.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA .....	17
3.2.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA .....	18
3.3	RESTOS A PAGAR.....	19
3.4	METAS FISCAIS .....	20
4	GESTÃO FINANCEIRA.....	20
5	GESTÃO PATRIMONIAL.....	22
5.1	DO BALANÇO PATRIMONIAL .....	22
5.2	RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO .....	23
5.3	SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA .....	23
6	SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	24
6.1	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	
	24	

6.2	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS .....	25
6.3	DOS PARCELAMENTOS DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS .....	26
6.4	CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA .....	26
6.5	DA AVALIAÇÃO ATUARIAL .....	27
7	LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS .....	28
7.1	DÍVIDA PÚBLICA .....	28
7.2	DESPESAS COM PESSOAL .....	29
7.3	GASTOS COM EDUCAÇÃO .....	29
7.3.1	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO .....	31
7.3.2	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB .....	35
7.3.3	FUNDEB .....	36
7.3.3.1	APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL (90%) .....	36
7.3.3.2	PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (70%) .....	38
7.3.3.3	DA APLICAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT .....	38
7.3.3.4	RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (2022) .....	39
7.4	GASTOS COM SAÚDE .....	41
7.5	REPASSE FINANCEIRO PARA O LEGISLATIVO .....	42
7.5.1	VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (ART. 29-A, § 2º, INCISO I) .....	42
7.5.2	VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA CÂMARA (ART. 29-A, § 2º, INCISO III) .....	43
8	DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES .....	43
8.1	ROYALTIES .....	43
8.1.1	RECEITAS .....	44
8.1.2	DESPESAS .....	45
8.1.3	DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.858/13 .....	45
8.2	TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL .....	49
8.3	ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL - IEGM .....	50
8.4	EDITAIS .....	51
8.5	CONCESSÃO .....	51

---

9	CONTROLE INTERNO .....	52
10	CONCLUSÃO .....	53

**VOTO GCS-2 – PROCESSO ELETRÔNICO 209.419-4/2022**

## **A) RELATÓRIO**

<b>PROCESSO:</b>	<b>TCE-RJ N.º 209.419-4/22</b>
<b>ORIGEM:</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO</b>
<b>ASSUNTO:</b>	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL</b>

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL. RETORNO DE DECISÃO MONOCRÁTICA. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021. RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. COMUNICAÇÃO AO ATUAL TITULAR. COMUNICAÇÃO AO CONTROLE INTERNO. COMUNICAÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. ARQUIVAMENTO.**

Trata o presente processo da **Prestação de Contas de Governo do Município de Sumidouro**, relativa ao **Exercício de 2021**, que abrange as contas do Poder Executivo, de responsabilidade do **Sr. Eliésio Peres da Silva**, Prefeito do Município.

### **MANIFESTAÇÃO DO CORPO INSTRUTIVO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**

---

O Corpo Instrutivo, representado pela Coordenadoria Setorial de Contas de Governo Municipal – CSC - Municipal, em instrução datada de 24.10.2022, sugere a emissão de Parecer Prévio **Contrário** à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de **SUMIDOURO**, Sr. Eliésio Peres da Silva, em face da seguinte irregularidade:

**IRREGULARIDADE N.º 01**

Ausência dos demonstrativos contábeis consolidados, impossibilitando a análise dos resultados apresentados pelo Município.

A Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal – SUB-CONTAS e a Secretaria Geral de Controle Externo – SGE coadunam-se com a proposição da CSC - Municipal.

O Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador-Geral Henrique Cunha de Lima, em sua oitiva, datada de 10.11.2022, manifesta-se, de igual modo, pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas de governo do Município de Sumidouro, efetuando, ainda, a seguinte alteração em relação às proposições da instância Instrutiva:

- foi acrescida uma Improriedade relativa ao não atendimento às exigências estabelecidas no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

Cumpre-me registrar que, em atendimento ao determinado no § 1º do art. 45 do Regimento Interno desta Corte, através de decisão por mim proferida em 16.11.2022, o Sr. Eliésio Peres da Silva, Prefeito

---

do Município de Sumidouro, foi comunicado para que, se assim entendesse, apresentasse manifestação.

O referido responsável, por meio do Documento TCE-RJ nº 027.262-3/2022, anexado digitalmente em 01.12.2022, encaminhou manifestação, a qual foi devidamente examinada pelo Corpo Instrutivo e pelo Ministério Público de Contas.

O Corpo Instrutivo, mediante a análise da defesa apresentada, em nova instrução de 14.12.2022, concluiu que os elementos trazidos foram suficientes para elidir a irregularidade apontada inicialmente, sugerindo, assim, a emissão de Parecer Prévio **Favorável**.

O Ministério Público de Contas corroborou com o entendimento da especializada, afastando as irregularidades inicialmente apontadas, e sugerindo em sua conclusão a emissão de Parecer Prévio **Favorável**.

Diante do exposto, as manifestações do Corpo Instrutivo e do Ministério Público de Contas serão analisadas em tópico próprio do meu Voto.

**É o Relatório.**

## **B) VOTO**

### **1 INTRODUÇÃO**

A Constituição da República de 1988 previu, em seu artigo 70, parágrafo único, o dever de prestar contas a todos aqueles que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem recursos públicos. A obrigação prevista constitucionalmente vai ao encontro do conceito de *accountability*, termo oriundo da língua inglesa relacionado aos deveres de transparência, ética e responsabilidade, acometidos àqueles que desempenham importantes funções na sociedade.

Por outro turno, a Carta Magna atribuiu aos Tribunais de Contas a competência para efetuar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública direta e indireta.

Nesta esteira, a Constituição Estadual de Rio de Janeiro, em seu art. 125, incisos I e II, confere a este Tribunal de Contas a competência para apreciar anualmente as contas de governo dos municípios, com vistas à emissão de Parecer Prévio, a ser encaminhado, posteriormente, ao Poder Legislativo para julgamento.

### **2 ASPECTOS FORMAIS**



## **2.1 PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A presente Prestação de Contas de Governo foi encaminhada tempestivamente em 08.04.2022, cumprindo o estabelecido no artigo 6º da Deliberação TCE-RJ nº 285/2018, haja vista que a sessão legislativa de 2022 foi inaugurada em 07.02.2022.

## **2.2 RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

Registro que foram encaminhados a esta Corte todos os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo os mesmos já sido submetidos à apreciação plenária, conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO</b>		
<b>Processo TCE/RJ</b>	<b>Descrição</b>	<b>Situação</b>
203.934-2/22	6º Bimestre	Comunicação e Arquivamento
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF</b>		
<b>Processo TCE/RJ</b>	<b>Descrição</b>	<b>Situação</b>
223.861-1/21	1º quadrimestre	Comunicação e Arquivamento
242.611-1/21	2º quadrimestre	Comunicação e Arquivamento
203.935-6/22	3º quadrimestre	Comunicação e Arquivamento

## **2.3 CONSOLIDAÇÃO**

O Corpo Instrutivo, em sua manifestação inicial de 24.10.2022, assim se pronunciou:

Em que pese o Município ter encaminhado as peças 69 a 83, após expedição de ofício regularizador, pode-se verificar que tais documentos não se tratam dos Demonstrativos Consolidados, conforme confrontado com o Comprovante da Consolidação, nos moldes do Modelo 10, peça 84, não atendendo o disposto na Deliberação TCE-RJ n.º 285/18 e prejudicando o exame de alguns tópicos das presentes contas.

A ausência dos demonstrativos contábeis consolidados será objeto da **Irregularidade e Determinação n.º 1**.

O Ministério Público de Contas, em seu parecer datado de 10.11.2022, acompanha a sugestão da especializada, consignando tal fato como irregularidade, com determinação.

O responsável pelas contas apresentou razões de defesa, as quais foram analisadas pelo Corpo Técnico desta Corte, cuja conclusão transcrevo a seguir:

**Manifestação Escrita:**

O Sr. Eliésio Peres da Silva, Prefeito do Município de SUMIDOURO, informa que os demonstrativos contábeis consolidados não teriam sido enviados por um lapso dos responsáveis pelo encaminhamento.

Sendo assim, encaminha às Peças 155 a 169 os Anexos Consolidados demandados e oferece esclarecimentos sobre itens abordados em primeira análise, os quais serão tratados no próximo tópico.

**ANÁLISE:**

Constatou-se, em primeira análise, o não envio de documentação contábil necessária à análise de diversos tópicos abordados naquela conjuntura.

Portanto, como consequência da supressão de tais ausências a partir do encaminhamento das Peças 155 a 169, retoma-se aos tópicos que tiveram as respectivas análises impactadas, a saber [...]

**CONCLUSÃO:**

À luz da documentação juntada aos autos do presente processo e das novas análises realizadas, a irregularidade inicialmente apontada será **desconsiderada** na conclusão deste relatório.

O Ministério Público de Contas acompanhou a sugestão da especializada, retirando a sugestão inicial pela irregularidade.

Uma vez que o responsável pelas contas encaminhou os demonstrativos contábeis consolidados, conforme preconiza o artigo 2º da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, corroboro com o entendimento da especializada e com o *Parquet* de Contas, e afasto a irregularidade inicialmente sugerida.

### **3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Lei do Orçamento Anual nº 1.237, de 09.11.2020, aprovou o orçamento geral do Município de Sumidouro para o exercício de 2021, estimando a receita no valor de R\$75.305.400,00 e fixando a despesa em igual valor (Peça 05).

#### **3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

##### **3.1.1 AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS**

De acordo com a citada Lei do Orçamento Anual – LOA, no exercício de 2021, o Poder Executivo foi autorizado a proceder às seguintes alterações orçamentárias:

Art. 8º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a **50% (cinquenta por cento)** do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores às dotações que se tornarem insuficientes ou que excedam as previsões constantes desta Lei, criando elementos de despesa e detalhamentos quando necessários, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I - Anulação parcial ou total de dotações;

II - Incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

III - Excesso de arrecadação em bases constantes.

§ Único Incluem-se na base de cálculo do limite a que se refere o caput deste artigo, os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e às despesas financiadas com operações de crédito contratadas.

Dessa forma, o Poder Legislativo da municipalidade autorizou o Chefe do Executivo a proceder à abertura, no exercício de 2021, de suplementações orçamentárias no montante R\$37.652.700,00, conforme quadro demonstrativo dos cálculos, elaborado pela Especializada:

Descrição	Valor - R\$
Total da despesa fixada	75.305.400,00
Limite para abertura de créditos suplementares 50,00%	37.652.700,00

Fonte: Lei dos Orçamentos Anuais – Peça 5.

Ressalto que o elevado percentual autorizado na LOA para abertura de créditos suplementares pode resultar em um orçamento afastado do inicialmente aprovado. Assim, incluirei uma **recomendação** ao chefe do Poder Executivo na conclusão do meu Voto.

### 3.1.2 AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Com base na relação dos créditos adicionais abertos apresentada pelo município, a Especializada elaborou o quadro a seguir reproduzido, onde são evidenciadas as alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2021, autorizadas pela LOA.

SUPLEMENTAÇÕES			
Alterações	Fonte de	Anulação	13.161.678,77

	<b>recursos</b>	Excesso - Outros	11.546.661,00
		Superávit	6.362.326,06
		Convênios	5.828.000,00
		Operação de crédito	0,00
<b>(A) Total das alterações</b>			<b>36.898.665,83</b>
(B) Créditos não considerados (exceções previstas na LOA)			0,00
<b>(C) Alterações efetuadas para efeito de limite = (A – B)</b>			<b>36.898.665,83</b>
(D) Limite autorizado na LOA			37.652.700,00
<b>(E) Valor total dos créditos abertos acima do limite = (C – D)</b>			<b>0,00</b>

Fonte: Lei dos Orçamentos Anuais – Peça 5 e Relação de Créditos Adicionais – Modelos 3 e 4 – Peça 133 (fls. 13 a 28).

Conclui-se, da análise do quadro anterior, que a abertura de créditos adicionais se encontra dentro do limite estabelecido pela LOA, observando-se, portanto, o preceituado no inciso V, do artigo 167, da Constituição Federal.

### 3.1.3 AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS

Em relação à abertura de créditos adicionais autorizados por lei específica, conclui-se que foi observado o preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal, uma vez que a abertura de créditos adicionais observou o limite estabelecido na lei autorizativa, conforme quadro a seguir:

Lei n.º	Fls. (Peça 6)	Limite legal  (R\$)  (A)	Decreto n.º	Fonte de recurso (B)					Limite legal disponível  (A)-(B)
				Superávit	Excesso de arrecadação		Anulação	Operações de crédito	
					Convênios	Outros			
1266/2021		7.530.540,00	3670/2021	-	-	-	253.583,00	-	7.276.957,00

		7.276.957,00	3670/2021	-	-	42.600,00	-	-	7.234.357,00
		7.234.357,00	3671/2021	-	-	-	69.800,00	-	7.164.557,00
		7.164.557,00	3671/2021	-	-	84.000,00	-	-	7.080.557,00
		7.080.557,00	3672/2021	-	-	230.700,00	-	-	6.849.857,00
		6.849.857,00	3672/2021	-	-	-	283.300,00	-	6.566.557,00
		6.566.557,00	3673/2021	-	-	-	1.399.000,00	-	5.167.557,00
		5.167.557,00	3674/2021	-	-	564.000,00	-	-	4.603.557,00
		4.603.557,00	3675/2021	-	-	483.140,00	-	-	4.120.417,00
		4.120.417,00	3675/2021	-	-	-	21.500,00	-	4.098.917,00
		4.098.917,00	3676/2021	-	-	29.000,00	-	-	4.069.917,00
		4.069.917,00	3676/2021	-	-	-	28.150,00	-	4.041.767,00
		4.041.767,00	3677/2021	-	-	167.500,00	-	-	3.874.267,00
		3.874.267,00	3678/2021	-	-	-	65.130,00	-	3.809.137,00
		3.809.137,00	3680/2021	-	-	-	50.000,00	-	3.759.137,00
		3.759.137,00	3681/2021	-	-	1.498.800,00	-	-	2.260.337,00
		2.260.337,00	3681/2021	-	-	-	157.000,00	-	2.103.337,00
		2.103.337,00	3682/2021	-	-	-	14.000,00	-	2.089.337,00
		2.089.337,00	3683/2021	-	-	1.174.512,00	-	-	914.825,00
		914.825,00	3683/2021	-	-	-	84.488,00	-	830.337,00
		830.337,00	3684/2021	-	-	-	151.250,00	-	679.087,00
1267/2021	3/4	5.750.000,00	3679/2021	-	-	2.320.000,00	-	-	3.430.000,00
		3.430.000,00	3679/2021	-	-	-	360.000,00	-	3.070.000,00
1274/2021	2	3.012.216,00	3685/2021	-	-	-	161.995,00	-	2.850.221,00
		2.850.221,00	3685/2021	-	-	282.088,00	-	-	2.568.133,00
		2.568.133,00	3687/2021	-	-	-	60.542,00	-	2.507.591,00
		2.507.591,00	3688/2021	-	-	-	166.384,31	-	2.341.206,69
		2.341.206,69	3688/2021	-	-	123.023,69	-	-	2.218.183,00
		2.218.183,00	3689/2021	-	-	255.102,00	-	-	1.963.081,00
		1.963.081,00	3689/2021	-	-	-	744.416,00	-	1.218.665,00
		1.218.665,00	3690/2021	-	-	-	13.000,00	-	1.205.665,00
		1.205.665,00	3691/2021	-	-	-	84.045,00	-	1.121.620,00
<b>Total</b>		<b>16.292.756,00</b>	<b>Total</b>	-	-	<b>7.254.465,69</b>	<b>4.167.583,31</b>	-	<b>4.870.707,00</b>

Relatora

**Conselheira Substituta**  
**ANDREA SIQUEIRA MARTINS**

Fonte: Relação de Créditos Adicionais – Modelos 3 e 4 – Peça 133 (fls. 13 a 28) e Leis Autorizativas Específicas – Peça 6.

**Nota 1:** para os decretos abertos utilizando a mesma lei autorizativa foram deduzidos do limite legal os valores já utilizados nos decretos anteriores.

**Nota 2:** a Lei 1266/2021 autoriza o Poder Executivo a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o montante de 10% (dez por cento) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município.

**Nota 3:** a Lei 1274/2021 autoriza o Poder Executivo a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o montante de 4% (quatro por cento) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município.

### **3.1.4 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS**

Não foram abertos créditos adicionais extraordinários no exercício de 2021.

### **3.1.5 FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS**

No exame realizado pela Especializada, foi apurado que o somatório dos recursos financeiros existentes e disponíveis, em 31.12.2021, foi suficiente para suportar o total das despesas executadas no exercício, nestas já consideradas as despesas incluídas por meio da abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado na tabela seguinte:

<b>RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO (EXCETO RPPS)</b>	
<b>Natureza</b>	<b>Valor - R\$</b>
I - Superávit do exercício anterior	13.814.602,41
II - Receitas arrecadadas	97.226.508,18
<b>III - Total das receitas disponíveis (I+II)</b>	<b>111.041.110,59</b>
IV - Despesas empenhadas	87.926.336,44
V - Aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência	3.280.466,52
<b>VI - Total das despesas realizadas (IV+V)</b>	<b>91.206.802,96</b>
<b>VII - Resultado alcançado (III-VI)</b>	<b>19.834.307,63</b>

**Fonte:** Prestação de Contas de Governo do exercício anterior, Processo TCE-RJ n.º 208.695-1/2021; Anexo 12 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 22, Balanço financeiro do RPPS – Peça 23, Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - Peça 158 (Manifestação do Responsável), Anexo 11

consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 159 (Manifestação do Responsável) e Peça 154, fl. 9 (Manifestação do Responsável).

**Nota 1:** no resultado alcançado são consideradas as receitas arrecadadas e despesas empenhadas (excluída a movimentação orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), bem como os repasses financeiros (extraorçamentários) transferidos para o Instituto com vistas à cobertura de déficit financeiro.

**Nota 2:** Superávit do exercício anterior excluídos os resultados do RPPS e Legislativo.

**Nota 3 (linha V):** foi considerado o valor evidenciado na Peça 154, fl. 9 (Manifestação do Responsável) – R\$ 3.280.466,52 – como aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência.

### 3.1.6 ORÇAMENTO FINAL

Considerando as alterações orçamentárias já analisadas nos tópicos precedentes, chegou-se a um Orçamento Final no valor de R\$106.296.852,075, que representa um acréscimo de 41,15% em relação ao orçamento inicial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
(A) Orçamento inicial	75.305.400,00
(B) Alterações:	48.320.714,83
Créditos extraordinários 0,00	
Créditos suplementares 45.640.714,83	
Créditos especiais 2.680.000,00	
(C) Anulações de dotações	17.329.262,08
<b>(D) Orçamento final apurado (A + B - C)</b>	<b>106.296.852,75</b>
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64	106.296.852,75
<b>(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)</b>	<b>0,00</b>

**Fonte:** Relação de Créditos Adicionais, Modelos 3 e 4 – Peça 170 (fls. 13 a 28) e Anexo 11 Consolidado – Peça 159 (Manifestação do Responsável).

Conforme quadro acima, o valor do orçamento final apurado guarda



paridade com o registrado no Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64.

## **3.2 RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **3.2.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

A execução orçamentária, em 31.12.2021, apresentou um resultado superavitário, conforme se demonstra:

<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>			
<b>Natureza</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Regime próprio de previdência</b>	<b>Valor sem o RPPS</b>
Receitas Arrecadadas	106.025.341,23	8.798.833,05	97.226.508,18
Despesas Realizadas	97.597.105,61	9.670.769,17	87.926.336,44
<b>Superávit/Déficit Orçamentário</b>	<b>8.428.235,62</b>	<b>-871.936,12</b>	<b>9.300.171,74</b>

**Fonte:** Anexo 10 Consolidado – Peça 158 (Manifestação do Responsável), Balanço Orçamentário Consolidado – Peça 160 (Manifestação do Responsável) e Balanço Orçamentário do RPPS – Peça 22.

### **3.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA**

A Receita Arrecadada no exercício foi superior à previsão atualizada,

ocorrendo, portanto, um excesso de arrecadação no valor de R\$30.719.941,23, o que significa um acréscimo de 40,79 pontos percentuais em relação ao total da arrecadação prevista.

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO				
Natureza	Previsão Atualizada R\$	Arrecadação R\$	Saldo	
			R\$	Percentual
Receitas correntes	66.378.499,10	98.275.694,25	31.897.195,15	48,05%
Receitas de capital	4.932.759,90	2.539.025,17	-2.393.734,73	-48,53%
Receita intraorçamentária	3.994.141,00	5.210.621,81	1.216.480,81	30,46%
<b>Total</b>	<b>75.305.400,00</b>	<b>106.025.341,23</b>	<b>30.719.941,23</b>	<b>40,79%</b>

**Fonte:** Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 158 (Manifestação do Responsável).

**Nota:** nos valores das receitas já foram consideradas as devidas deduções.

A Especializada rememora ainda os resultados das auditorias na gestão tributária realizadas em exercícios pretéritos, tendo identificado diversas falhas pendentes de regularização. Tal fato será objeto de **COMUNICAÇÃO** na conclusão do meu Voto.

### 3.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Ao se comparar a Despesa Autorizada Final (R\$106.296.852,75) com a Despesa Empenhada no exercício (R\$97.597.105,61) tem-se uma realização correspondente a 91,82% dos créditos autorizados, gerando uma economia

orçamentária de R\$8.699.747,14, conforme demonstrado a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA							
Natureza	Inicial - R\$ (A)	Atualizada - R\$ (B)	Empenhada - R\$ (C)	Liquidada - R\$ (D)	Paga - R\$ (E)	Percentual empenhado (C/B)	Economia orçamentária (B-C)
Despesas Correntes	69.565.273,73	97.199.834,87	89.381.014,62	83.082.668,97	82.769.139,40	91,96%	7.818.820,25
Despesas de Capital	5.740.126,27	9.097.017,88	8.216.090,99	3.731.465,55	3.721.518,55	90,32%	880.926,89
<b>Total das despesas</b>	<b>75.305.400,00</b>	<b>106.296.852,75</b>	<b>97.597.105,61</b>	<b>86.814.134,52</b>	<b>86.490.657,95</b>	<b>91,82%</b>	<b>8.699.747,14</b>

**Fonte:** Balanço Orçamentário Consolidado – Peça 160 (Manifestação do Responsável).

### 3.3 RESTOS A PAGAR

A tabela abaixo demonstra que não houve cancelamentos de restos a pagar processados e não processados liquidados, em observância aos artigos 62 e 63 da Lei Federal n.º 4.320/64.

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12/2020				

<b>Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados</b>	185.393,94	838.633,02	-	735.409,88	-	288.617,08
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	588.739,46	6.531.231,41	4.385.670,02	4.382.165,82	1.390.136,67	1.347.668,38
<b>Total</b>	<b>774.133,40</b>	<b>7.369.864,43</b>	<b>4.385.670,02</b>	<b>5.117.575,70</b>	<b>1.390.136,67</b>	<b>1.636.285,46</b>

**Fonte:** Balanço Orçamentário Consolidado – Peça 160 (Manifestação do Responsável).

**Nota:** O município considerou no saldo dos restos a pagar não processados o resultado dos restos a pagar inscritos deduzidos dos liquidados e dos cancelados, totalizando R\$1.344.164,18, quando deveria deduzir os restos a pagar pagos em vez dos liquidados, conforme 8ª edição do MCASP, pág. 421. Desta forma, procedi aos ajustes necessários na tabela, evidenciando o saldo correto dos restos a pagar.

### 3.4 METAS FISCAIS

Apresento, a seguir, quadro contendo as metas em valores correntes e as respectivas execuções previstas no exercício financeiro de 2021, nos termos dispostos da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 59, inciso I):

<b>Descrição</b>	<b>Anexo de metas (Valores correntes)</b>	<b>Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal</b>	<b>Atendido OU Não atendido</b>
Receitas	75.305.400,00	106.025.341,20	
Despesas	68.845.900,00	97.597.105,60	
Resultado primário	725.500,00	12.886.515,90	Atendido
Resultado nominal	723.600,00	14.313.538,60	Atendido
Dívida consolidada líquida	0,00	-31.635.357,60	Atendido

Fonte: LDO – Peça 3, Anexos 1 e 6 do RREO 6º bimestre (Processo TCE-RJ n.º 203.934-2/2022) e Anexo 2 do RGF do 3º Quadrimestre (Processo TCE-RJ n.º 203.935-6/2022)

## 4 GESTÃO FINANCEIRA

O Município de Sumidouro alcançou o equilíbrio financeiro necessário ao atendimento do §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00, apresentando um *superavit* financeiro da ordem de R\$20.867.792,68, excluindo os recursos da Câmara Municipal e os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme evidenciado no quadro a seguir:

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO				
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Valor considerado (E) = (A-B-C-D)
Ativo financeiro	134.498.177,26	100.223.027,06	60.149,80	34.215.000,40
Passivo financeiro	13.495.351,68	87.994,16	60.149,80	13.347.207,72
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>121.002.825,58</b>	<b>100.135.032,90</b>	<b>0,00</b>	<b>20.867.792,68</b>

**Fonte:** Balanço Patrimonial Consolidado – Peça 163 (Manifestação do Responsável), Balanço Patrimonial do RPPS – Peça 24.

**Nota 1:** os valores referentes à Câmara Municipal têm como base os dados preenchidos no Módulo Prestação de Contas e-TCERJ (Peça 170, fl. 64) e o Anexo 17 Câmara Municipal encaminhado (Peça 09).

**Nota 2:** no último ano do mandato serão considerados na apuração do superávit/déficit financeiro eventuais ajustes, tais como, anulação de despesas e cancelamento de restos a pagar indevidos, bem como dívidas firmadas nos dois últimos quadrimestres. Tais ajustes são necessários à avaliação das normas estabelecidas pela LRF ao final do mandato, com destaque para o artigo 1º c/c o artigo 42, em conformidade com as análises realizadas por este Tribunal nas prestações de contas de término de gestão relativas aos exercícios de 2008, 2012, 2016 e 2020.

**Nota 3:** no Passivo Financeiro Consolidado foram considerados os valores das consignações (R\$ 717.183,74) e dos Depósitos de Diversas Origens (R\$ 35.434,82), evidenciados no anexo 17 da Lei n.º 4.320/64 Consolidado (Peça 168 – Manifestação do Responsável), os restos a pagar de anos anteriores (R\$ 1.636.285,46), evidenciados no Balanço Orçamentário Consolidado (Peça 160 – Manifestação do Responsável) e devidamente ajustados, conforme tópico 3.3 deste Voto, e os restos a pagar do exercício (R\$ 11.106.447,66), evidenciados no Balanço Financeiro Consolidado (Peça 162 – Manifestação do Responsável).

**Nota 4:** os valores evidenciados como Ativo Financeiro e Passivo Financeiro na Manifestação do Responsável (Peça 154, fl. 13) estão divergentes de seus referentes à Peça 163 (Balanço Patrimonial Consolidado).

## 5 GESTÃO PATRIMONIAL

### 5.1 DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial Consolidado referente ao exercício registrou os seguintes saldos:

Ativo		Passivo	
Especificação	Exercício	Especificação	Exercício
	atual		atual
Ativo circulante	136.418.528,45	Passivo circulante	1.107.528,82
Ativo não circulante	25.897.691,82	Passivo não circulante	94.322.729,02
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.996.489,31		
Investimentos	0,00	Patrimônio líquido	
Imobilizado	17.901.202,51	Total do PL	66.671.683,32
Intangível	0,00		
<b>Total geral</b>	<b>162.316.220,27</b>	<b>Total geral</b>	<b>162.101.941,16</b>
Ativo financeiro	134.498.177,26	Passivo financeiro	13.230.884,50
Ativo permanente	27.818.043,01	Passivo permanente	94.322.729,02
<b>Saldo patrimonial</b>			<b>54.762.606,75</b>

**Fonte:** Balanço Patrimonial Consolidado – Peça 163 (Manifestação do Responsável).

**Nota:** verifica-se que o valor registrado no balanço patrimonial referente ao passivo financeiro, apontado no quadro anterior,

Relatora  
Conselheira Substituta  
ANDREA SIQUEIRA MARTINS

apresenta-se divergente daquele apresentado no item 4.4 (Resultado do Superávit/Déficit Financeiro) deste relatório, em função dos ajustes promovidos naquele item.

Ressalto a divergência entre o Ativo (R\$162.316.220,27) e o Passivo (R\$162.101.941,16) registrado no Balanço Patrimonial.

O responsável pelas contas encaminhou esclarecimentos à Peça 154, fls. 11/12, no sentido de que a diferença teria ocorrido em função de “lançamentos e/ou exclusão intraorçamentárias e/ou lançamentos extraorçamentários”. Entretanto, os mesmos não foram capazes de elidir a falha constatada, motivo pelo qual considerarei ao final em minha conclusão tal fato como **RESSALVA e DETERMINAÇÃO**.

## **5.2 RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO**

O resultado patrimonial do Município de Sumidouro, relativo ao exercício de 2021, pode ser assim demonstrado:

<b>Descrição</b>	<b>Valor - R\$</b>
Variações patrimoniais aumentativas	116.691.800,07
Variações patrimoniais diminutivas	110.920.067,48
<b>Resultado patrimonial de 2021 – Superávit</b>	<b>5.771.732,59</b>

**Fonte:** Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Peça 164 (Manifestação do Responsável).

## **5.3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA**

O município de Sumidouro obteve uma situação patrimonial líquida apurada de R\$68.408.573,01, conforme a seguir discriminado:

Descrição	Valor - R\$
Patrimônio líquido (saldo do balanço patrimonial do exercício anterior)	62.662.402,42
Resultado patrimonial do exercício– Superávit/Déficit	5.771.732,59
(+) Ajustes de exercícios anteriores	-25.562,00
<b>Patrimônio líquido – exercício de 2021</b>	<b>68.408.573,01</b>
<b>Patrimônio líquido registrado no balanço do exercício</b>	66.671.683,32
<b>Diferença</b>	<b>1.736.889,69</b>

**Fonte:** Prestação de Contas de Governo do exercício anterior – Processo TCE-RJ n.º 208.695-1/2021, quadro anterior e Balanço Patrimonial Consolidado – Peça 163 (Manifestação do Responsável).

A divergência entre o Patrimônio Líquido apurado e o registrado no Balanço Patrimonial será motivo de **RESSALVA e DETERMINAÇÃO** em minha conclusão.

## 6 SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

### 6.1 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

O RPPS do município de Sumidouro apresentou, em 2021, um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$871.936,12, conforme destacado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Receitas previdenciárias	8.798.833,05
Despesas previdenciárias	9.670.769,17



<b>Déficit</b>	<b>-871.936,12</b>
----------------	--------------------

Fonte: Balanço Orçamentário do RPPS – Peça 22.

**Nota:** incluídas as receitas e despesas intraorçamentárias.

O déficit previdenciário constatado será objeto de **RESSALVA e DETERMINAÇÃO** em minha conclusão.

## **6.2 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

Conforme destacado no quadro a seguir, verifica-se que o município de Sumidouro vem efetuando regularmente o repasse das contribuições retidas dos servidores e da contribuição patronal para o RPPS, observando o disposto no inciso II, do artigo 1º, da Lei Federal nº 9.717/98.

<b>Contribuição</b>	<b>Valor Devido</b>	<b>Valor Repassado</b>	<b>Diferença</b>
Do Servidor	2.617.094,69	2.617.094,69	0,00
Patronal	2.617.991,76	2.619.991,76	-2.000,00
<b>Total</b>	<b>5.235.086,45</b>	<b>5.237.086,45</b>	<b>-2.000,00</b>

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RPPS- Peça 133 (fls. 127 a 128).

**Nota:** os valores das contribuições referem-se a todas as unidades gestoras, exceto Câmara Municipal.

Com relação ao RGPS, constata-se, da análise do quadro seguinte, que o Município de Sumidouro vem efetuando regularmente o repasse para o referido regime das contribuições previdenciárias, observando o disposto no artigo 22 e incisos c/c artigo 30, inciso I, alínea “b”, ambos da Lei Federal nº 8.212/91:

<b>Contribuição</b>	<b>Valor Devido</b>	<b>Valor Repassado</b>	<b>Diferença</b>
Do Servidor	537.393,77	537.398,72	-4,95
Patronal	1.326.850,06	1.327.639,99	-789,93
<b>Total</b>	<b>1.864.243,83</b>	<b>1.865.038,71</b>	<b>-794,88</b>

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RGPS – Peça 133 (fls. 130 a 131).

**Nota:** os valores das contribuições referem-se a todas as unidades gestoras, exceto Câmara Municipal.

### **6.3 DOS PARCELAMENTOS DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**

O Município declara não possuir parcelamentos de débitos previdenciários junto ao RPPS, Peça 133, fl. 126, corroborado por consulta efetuada junto ao CADPREV<sup>1</sup>.

### **6.4 CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA**

A Especializada procedeu à verificação quanto à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, estabelecido pelo Decreto Federal nº 3.788/01, da seguinte forma:

O Decreto Federal nº 3.788/01 instituiu o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, e estabeleceu que o seu fornecimento é de responsabilidade do Ministério da Previdência Social. A emissão do mencionado certificado foi disciplinada pela Portaria MPS nº 204/08 e tem por objetivo atestar o cumprimento, pelos entes federativos, dos critérios e exigências estabelecidos na legislação, assim como dos parâmetros e prazos estabelecidos em normas específicas do MPS.

O acompanhamento e supervisão dos RPPS são realizados, no atual organograma do Ministério da Economia, pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

<sup>1</sup> <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dipr/consultarDemonstrativo.xhtml>

(SRPPS), por meio das informações enviadas pelos entes para o Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, e por auditoria direta e indireta, nos termos da Portaria MPS n.º 204/08.

De acordo com o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, (Peças 141/142), obtido mediante pesquisa realizada no “site” <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>, o Município permaneceu em **situação irregular** no período de 08/02/2021 a 12/12/2021, tendo em vista a ausência de regularidade quanto aos critérios e exigências que ensejariam a emissão do CRP.

Esse fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 4**.

Coaduno-me com a sugestão da especializada, e considerarei a situação irregular atestada no Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP como **RESSALVA e DETERMINAÇÃO** ao final em minha conclusão.

## 6.5 DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Quanto a este tópico, o Corpo Instrutivo traz as seguintes informações, *in verbis*:

O Poder Executivo **encaminhou** o Relatório de Avaliação Atuarial anual (Peça 49) referente ao Regime Próprio de Previdência Social, realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada.

Conforme evidenciado no relatório, o Município possui um **déficit atuarial**. Diante disso, o Poder Executivo **encaminhou** declaração (Peça 50) informando as medidas que teriam sido adotadas para o equacionamento do referido déficit, acompanhadas do plano de amortização e/ou segregação de massas, bem como de outras medidas com vistas a equacionar o aludido déficit.

Ressalta-se, ainda, que o Poder Executivo **encaminhou** declaração (peça 51), atestando que o órgão de previdência social municipal custeia somente despesas com aposentadoria e pensão por morte, nos termos da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Com relação ao déficit atuarial apurado, consta à Peça 50 declaração informando as medidas implementadas para o seu equacionamento, dentre as quais destaco a lei municipal n.º 1.273/21, que readequou as alíquotas de

contribuição ao Instituto de Aposentadorias e Pensões do Município de Sumidouro, com a finalidade de equacionamento do Déficit Atuarial.

## **7 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**

### **7.1 DÍVIDA PÚBLICA**

A dívida pública do município, apresentada no Demonstrativo da Dívida Consolidada, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Especificação	2020	2021		
		1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Valor da dívida consolidada	-1.250,10	15.242,20	9.092,20	1.441,10
Valor da dívida consolidada líquida	-20.825.122,80	-21.738.099,70	-29.208.802,00	-31.635.357,60
% da dívida consolidada líquida s/ a RCL	-28,60%	-29,47%	-34,10%	-33,38%

Fonte: Prestação de Contas de Governo do exercício anterior – Processo TCE-RJ n.º 208.695-1/2021 e Processo TCE-RJ n.º 203.935-6/2022 – Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre do exercício.

Verifica-se que, em todos os períodos, o Município de Sumidouro **respeitou** o limite previsto no inciso II do artigo 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/01 (120% da RCL).

Ressalto, ainda, que o município não realizou operações de crédito, nem operação por antecipação de receita, nem

concedeu garantias em operação de crédito, bem como não houve alienação de ativos no exercício de 2021.

## 7.2 DESPESAS COM PESSOAL

De acordo com a tabela a seguir, os **gastos com pessoal do Poder Executivo** encerraram o exercício de 2021 **dentro do limite** imposto na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (54% da RCL).

Descrição	2020				2021					
	1º quadr.	2º quadr.	3º quadrimestre		1º quadrimestre		2º quadrimestre		3º quadrimestre	
	%	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>Poder Executivo</b>	46,29%	47,37%	37.389.102,29	51,35%	39.973.088,65	54,37%	39.915.256,27	46,60%	41.640.197,79	43,94%

Fonte: Prestação de Contas de Governo do exercício anterior – Processo TCE-RJ n.º 208.695-1/2021, e Processos TCE-RJ n.ºs 223.861-1/2021, 242.611-1/2021 e 203.935-6/2022 – Relatórios de Gestão Fiscal do exercício.

## 7.3 GASTOS COM EDUCAÇÃO

Preliminarmente, entendo importante rememorar que este Plenário aprovou a Nota Técnica n.º 05, de 13.04.2022, visando orientar os entes jurisdicionados sobre as premissas a serem observadas quando da análise do cálculo do limite mínimo de aplicação de 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos de impostos e transferências de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a saber:

1. Na apuração do cumprimento do percentual mínimo disposto no art. 212 da Constituição Federal, serão consideradas as despesas liquidadas e efetivamente pagas no exercício, bem como os Restos a Pagar Processados – RPP e os Restos a Pagar Não Processados até o limite da disponibilidade de caixa comprovada, para ambos, em 31/12, oriundas de recursos de impostos e transferências de impostos destinados à educação,

acrescidos do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb;

2. As despesas com merendeiras, nutricionistas e os demais serviços necessários à definição e cumprimento de cardápios oficiais e o preparo dos alimentos fornecidos no ambiente escolar, bem como as despesas com aquisição de eletrodomésticos e utensílios utilizados na escola para fins de processamento/preparação da merenda escolar, podem ser consideradas na base de cálculo que compõe o limite mínimo de 25% da aplicação de recursos de impostos e transferências de impostos na MDE, observando que, em caso de utilização de recursos do Fundeb, as mencionadas despesas somente poderão ser custeadas com a parcela de 30% dos recursos do Fundo;

3. As despesas com higienização e ensino remoto, utilizado em caráter excepcional e como estratégia complementar ao ensino presencial, realizadas com a receita de impostos vinculadas à educação, incluídas as de transferências de impostos, poderão ser consideradas para verificação do cumprimento do percentual mínimo a ser aplicado em MDE previsto no art. 212 da Constituição Federal;

4. As despesas com fornecimento de uniformes para a identificação da criança como estudante, não incluído nas ações de assistência social, serão consideradas nas despesas que compõem a base de cálculo do limite mínimo de aplicação de 25% da receita de impostos e transferências de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;

5. As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) poderão entrar no cômputo da aplicação mínima em MDE, com base no art. 35, II, da Lei Federal nº 4.320/64, desde que o Ente comprove, por meio de documentação, quando cabível, e por meio de certificação por parte do responsável do controle interno, sob pena de responsabilização:

(i) de que as despesas não foram consideradas em exercícios anteriores;

(ii) que atendam aos critérios previstos no art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64; e

(iii) que as despesas podem ser qualificadas como despesas em MDE, conforme critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB.

6. No que tange às despesas efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para formação de professores da rede pública municipal de ensino, de acordo com a previsão contida no art. 2º, XI, da Lei Complementar Estadual nº 196/21, somente poderá ser considerada como gastos em MDE a despesa na formação de professores da rede pública municipal de ensino que se enquadrar dentro dos níveis de atuação prioritária do Estado, conforme art. 211, § 3º, da Constituição Federal de 1988;

7. Os Restos a Pagar pagos, que não possuíam disponibilidade de caixa no exercício anterior, poderão entrar no cômputo da aplicação mínima em MDE do ano em que forem pagos, desde que o Ente comprove, por meio de relatório, quando cabível, e por meio de certificação por parte do responsável do controle interno, sob pena de responsabilização:

(i) que as despesas não tenham sido consideradas no exercício anterior;

(ii) que as despesas possam ser qualificadas como despesas em MDE, conforme critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB;

(iii) que o valor a ser considerado no cômputo da aplicação mínima em MDE represente a parcela que excede ao montante de RP pago que possuía disponibilidade de caixa em 31/12 do ano anterior;

(iv) que os restos a pagar pagos no exercício para fins de apuração do limite mínimo aplicado em MDE, cujas despesas não foram consideradas no exercício anterior por falta de disponibilidade financeira, foram pagos com recursos de impostos e transferências de

impostos.

Com relação ao repasse de recursos à educação, o *Parquet* fez a seguinte consideração:

Em que pese as decisões plenárias, o relatório técnico não trouxe qualquer informação quanto ao cumprimento pelo jurisdicionado da regra disposta no § 5º do art. 69 da Lei Federal nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em consulta à Prestação de Contas de Governo do exercício anterior (processo TCE/RJ nº 208.695-1/21), observei que o município não havia cumprido as regras estabelecidas no § 5º do artigo 69 da LDB, que dispõe que o repasse dos 25% da receita resultante de impostos e transferências de impostos, a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino, deverá ocorrer imediatamente do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao órgão responsável pela educação, sendo tal fato tratado naquele processo como ressalva e determinação.

Entretanto, considerando que tal documentação não constou na relação de documentos que compõem as contas de Governo Municipal - 2021, divulgada conforme Portaria SGE nº 09 de 15.12.2021, por inferir a Secretaria de Controle Externo que tal assunto não mais se figura como ponto de controle a ser abordado em sede de prestação de contas de governo municipal, entendo que, como o município não foi provocado a encaminhar tal documentação no presente processo, resta prejudicada a análise a esse respeito.

### 7.3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme quadro abaixo, constato que o Município aplicou **25,11%** (R\$14.074.786,24) das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, **respeitando**, assim, o mínimo fixado de **25%**

estabelecido no artigo 212, da Constituição Federal:

## **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – EDUCAÇÃO BÁSICA**

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS			
Modalidades de Ensino	Subfunção	Despesa Paga R\$	RP processados e RP não processados
(a) Ensino fundamental	361 – Ensino fundamental	3.153.783,22	123.771,92
(b) Educação infantil	365 – Ensino infantil	1.239.044,77	39.278,60
(c ) Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 – Educação jovens e adultos	9.646,21	0,00
(d) Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 – Educação especial	57.945,61	6.054,39
(e) Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 – Administração	0,00	0,00
	306 – Alimentação	0,00	0,00
	Demais subfunções	0,00	0,00
(f) Subfunções típicas da educação registradas em outras funções			
(g) Subtotal das despesas com ensino (a+b+c+d+e+f)		4.460.419,81	169.104,91
(h) Subtotal das despesas com ensino da fonte Impostos e Transferência de Impostos		4.629.524,72	

FONTE DE RECURSOS: FUNDEB		
Descrição	Despesa Paga R\$	RP processados e RP não processados
(i) Despesa realizadas com a fonte FUNDEB	10.823.697,08	865,87
(j) Subtotal das despesas com ensino da fonte FUNDEB	10.824.562,95	

Apuração do mínimo constitucional de aplicação em MDE	
(l) Total das despesas com ensino ( h + j )	15.454.087,67
(m) Ganho de Recursos FUNDEB	1.379.301,43



(n) Total das despesas registradas como gasto em educação (l – m)	14.074.786,24
(o) Dedução do Sigfis (fonte: impostos e transferência de imposto e fundeb)	0,00
(p) Cancelamento de restos a pagar dos exercícios anteriores (fonte: impostos e transferência de imposto e fundeb)	0,00
(q) Restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	0,00
(r) Restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte FUNDEB)	0,00
<b>(s) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (n – o – p – q – r)</b>	<b>14.074.786,24</b>
<b>(t) Receita resultante de impostos</b>	<b>56.056.555,09</b>
<b>(u) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (s / t x 100)</b>	<b>25,11%</b>

**Fonte:** Anexo 10 Consolidado – Peça 158 (Manifestação do Responsável), Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas – Peça 170 (fls. 86, 89 e 92), Transferências STN Fundeb – Peça 140, balancete contábil Fundeb – Peça 106, balancete contábil Impostos – Peça 100, relatório de cancelamento RP de Impostos – Peça 98 e Relatório Analítico Educação – Peça 134.

**Nota 1 (linha "m"):** após apuração do Fundeb para o exercício, verifica-se que o Município teve um ganho líquido no valor de R\$1.379.301,43 (transferência recebida R\$11.187.169,24 e contribuição R\$9.807.867,81).

**Nota 2:** as despesas com a educação especial e de jovens e adultos correspondem à educação básica, conforme informado pelo município (peça 97), motivo pelo qual foram incluídas na base de cálculo do limite da educação.

**Nota 3:** embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, na fonte Impostos e Transferências de Impostos, no valor de R\$ 71.001,42, o mesmo não será excluído do total das despesas com educação, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite mínimo constitucional, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite mínimo naqueles exercícios.

**Nota 4:** o Município inscreveu restos a pagar processados e não processados, comprovando a suficiente disponibilidade financeira, conforme balancete. Dessa forma, foi considerada a totalidade do valor inscrito em restos a pagar como despesas em educação para fins de limite.

Ainda em relação aos gastos com educação, a especializada registrou as seguintes inconsistências:

Na análise da relação de empenhos, foram identificadas as seguintes situações:

- a) gastos com verba do Fundeb em desacordo com os artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96 c/c a Lei Federal n.º 14.113/20 c/c a Lei Federal n.º 14.276/21:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Liquidado – R\$	Valor Pago – R\$
30/12/2021	1019	VLR REF AJUSTE COMPLEMENTAÇÃO FUNDEB	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO	Ensino Fundamental	Transferências do FUNDEB -70%	58.544,16	58.544,16	58.544,16
<b>TOTAL</b>						<b>58.544,16</b>	<b>58.544,16</b>	<b>58.544,16</b>

Fonte: Relatório Analítico Educação – Peça 134.

Cumpra salientar que tal empenho retrata somente a movimentação orçamentária relativa a ajuste na receita bruta de transferência do Fundeb e reproduz procedimento contábil previsto no MCASP 9ª Edição com vistas a regularizar a execução orçamentária nos termos do art. 85 da Lei n.º 4.320/64, não sendo, portanto, objeto de ressalva.

b) existência de despesa cujo histórico não permite avaliar com exatidão a sua finalidade, conforme a seguir:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Liquidado – R\$	Valor Pago – R\$
23/12/2021	1005	RECLASSIFICAÇÃO PROGRAMA DE TRABALHO	PREFEITURA MUN. DE SUMIDOURO (SEDE)	Educação Infantil	Transferências do FUNDEB -70%	26.334,86	26.334,86	26.334,86
28/12/2021	1012	RECLASSIFICAÇÃO	I.A.P.S.	Ensino Fundamental	Transferências do FUNDEB -70%	16.342,24	16.342,24	16.342,24
TOTAL						42.677,10	42.677,10	42.677,10

Fonte: Relatório Analítico Educação – Peça 134.

Esse fato será objeto da **Ressalva e Determinação nº 7**.

Importante ressaltar que a verificação da legalidade das despesas realizadas com educação poderá, a qualquer momento, ser verificada por esta Corte em sede de auditoria.

Em relação à despesa de R\$58.544,16, acerca do ajuste da complementação da União na receita bruta de transferência do Fundeb, tendo como credor o Ministério da Educação, a especializada tratou tal despesa em desacordo com os artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96 c/c a Lei Federal n.º 14.113/20 c/c a Lei Federal n.º 14.276/21, deduzindo-a da apuração dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e da apuração do cumprimento do mínimo de 90% dos recursos do Fundeb. Entretanto, com as devidas vênias, entendo que não cabe expurgá-las da apuração, tendo em vista se tratar de

procedimento contábil previsto no próprio MCASP, conforme exposto pela especializada. Desta forma, manterei tal montante nas referidas apurações referentes à educação e ao Fundeb.

Em relação às despesas de R\$42.677,10, cujo histórico, em princípio, não permite avaliar com exatidão a sua finalidade, procedi à consulta ao banco de dados do Portal-BI, e constatei que tais despesas se referem ao elemento 31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, classificadas nos programas de trabalho de Modernização, Revitalização do Ensino Fundamental e Manutenção, Revitalização e Ampliação do Ensino Infantil, estando desta forma identificadas suas finalidades, de acordo com os artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96 c/c a Lei Federal n.º 14.113/20 c/c a Lei Federal n.º 14.276/21. Desta forma, com as devidas vênias à especializada, manterei tal montante nas referidas apurações referentes à educação e ao Fundeb.

### 7.3.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

No que se refere ao desempenho em face do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, relativo ao exercício de 2019 (sua última divulgação), o município obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS DO IDEB - 2019							
Nota 4ª série/ 5º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios	Nota 8ª série/ 9º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios
4.9	5.2	94,23%	46º	**	**	***	***

Fonte: Ministério da Educação.

---

Da análise do quadro anterior, verifica-se que o Município de Sumidouro não atingiu a meta prevista na etapa referente à 4ª série/5ºano, e quanto à meta do 8ªsérie/9ºano não teve a nota divulgada em razão do não atendimento dos requisitos para cálculo do desempenho.

Dessa forma, com o intuito de atingir as metas fixadas, faz-se necessário que se estabeleçam procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle do desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do IDEB.

Tal fato será objeto de **RECOMENDAÇÃO** ao final do meu Voto.

### 7.3.3 FUNDEB

O Município, no exercício de 2021, registrou como recursos do FUNDEB o valor de R\$11.171.706,66.

#### 7.3.3.1 APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL (90%)

A Lei Federal n.º 14.113/20 (Nova Lei do Fundeb) estabelece, no seu artigo 25, que os recursos do Fundeb serão utilizados, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

Nota-se que, a princípio, devem ser aplicados todos os recursos recebidos no próprio exercício. No entanto, o mesmo artigo da lei permite, em seu § 3º, que

até 10% desses recursos sejam utilizados no 1º quadrimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional.

Observa-se, no quadro a seguir, que o município utilizou 95,22% dos recursos do FUNDEB de 2021, **obedecendo**, assim, ao disposto no art. 25 da Lei nº 14.113/20:

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB		
Descrição		Valor - R\$
<b>(A) Total da Receita do Fundeb Líquida (Tópico 6.2.1)</b>		<b>11.171.706,66</b>
(B) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício	10.824.562,95	
(C) Superavit Financeiro do exercício anterior	186.472,06	
(D) Despesas não consideradas	0,00	
i. Exercício anterior	0,00	
ii. Desvio de finalidade	0,00	
iii. Outras despesas	0,00	
(E) Cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00	
<b>(F) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício (B - C - D - E)</b>		<b>10.638.090,89</b>
<b>(G) Percentual alcançado (mínimo = 90%) (F/A)</b>		<b>95,22%</b>

**Fonte:** Despesas Empenhadas – Peça 170 (fl. 99), Relatório Analítico Educação – Peça 134, Prestação de Contas do exercício anterior.

**Nota:** recursos recebidos a título do Fundeb considerando a dedução da receita de complementação da União.

Nota-se, ainda, na tabela acima, que a conta FUNDEB registrou, ao final do exercício de 2020, um superávit financeiro de R\$186.472,06.

Analisando a documentação constante dos autos, verifiquei que consta à Peça 117, cópia da publicação do Decreto de abertura de crédito adicional no mesmo montante, no primeiro trimestre de 2021,

observando, portanto, o previsto no §2º do artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07.

### 7.3.3.2 PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (70%)

De acordo com a tabela abaixo, o Município de Sumidouro aplicou 74,92% dos recursos do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica, **cumprindo**, assim, o limite mínimo estabelecido no artigo 26 da Lei Federal n.º 14.113/20 c/c a Lei Federal n.º 14.276/21.

PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
(A) Total da Receita do Fundeb Líquida (Tópico 6.2.1)	11.171.706,66
(B) Total registrado como pagamento dos profissionais da educação básica	8.370.121,76
(C) Dedução do Sigfis relativo aos profissionais da educação básica	0,00
(D) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00
(E) Total apurado referente ao pagamento dos profissionais da educação básica (B – C - D)	8.370.121,76
(F) Percentual do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica (mínimo 70,00% - artigo 26 da Lei 14.113/20) (E/A)x100	74,92%

Fonte: despesas realizadas com Fundeb – Peça 133 (fl. 99), e Transferências STN Fundeb – Peça 140.

**Nota 1:** os montantes dos recursos apurados já contemplam as respectivas aplicações financeiras.

### 7.3.3.3 DA APLICAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT

Com relação a este tópico, a Especializada assim se posicionou:

Do total dos recursos recebidos da complementação da união VAAT o município deve aplicar, no mínimo, 15% em despesa de capital, e destinar à educação infantil a proporção de 50%, conforme determinam os artigos 27 e 28 da Lei Federal n.º 14.113/20.

Conforme consulta efetuada ao site da Secretaria do Tesouro Nacional, o Município **NÃO** recebeu recursos de complementação da União nessa modalidade no exercício de 2021.

---

Em consulta ao sítio do SICONFI<sup>2</sup>, verifica-se que o município de Sumidouro se encontra inabilitado pela inobservância do art. 163-A da CF e do art. 38 da Lei 14.113/20, posto que não enviou a Matriz de Saldos Contábeis - MSC de encerramento de 2021 e não transmitiu ao SIOPE os dados do ano de 2021.

Tais pendências impossibilitaram a apuração do município pelo FNDE no que se refere aos eventuais recursos de complementação da União ao Fundeb, previstos no artigo 5º da Lei Federal n.º 14.113/2020.

Considerando que o envio dos dados e informações via SICONFI é de responsabilidade de cada ente federativo, e que as pendências constatadas que resultaram na condição de inabilitação impedem a apuração de um possível recebimento de recursos de complementação da União ao Fundeb municipal, irei ao final **alertar** o gestor para que providencie o saneamento dessas pendências, podendo tal fato ser objeto de emissão de parecer prévio contrário nas próximas contas de governo.

#### 7.3.3.4 RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (2022)

A Especializada, em sua análise, assim se manifestou:

A seguir será analisada a disponibilidade financeira na conta Fundeb ao fim do exercício, considerando as obrigações financeiras, a fim de verificar a existência de recursos suficientes para promover a abertura de crédito adicional referente ao saldo a empenhar no exercício seguinte:

---

#### RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB

---

---

<sup>2</sup> <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>  
39

Descrição	Valor - R\$
(A) Superávit/Déficit na conta Fundeb em 31/12/2021	534.077,67
(B) Saldo a empenhar no exercício seguinte	592.159,93
(C) Resultado apurado (A - B)	-58.082,26

Fonte: Balancete contábil do Fundeb— Peça 106 e quadro anterior.

Conforme verificado, a conta Fundeb apresentou, em 31 de dezembro, saldo insuficiente para cobrir o montante dos recursos do Fundo não aplicados no exercício e que, com fulcro no § 3º, art. 25, da Lei n.º 14.113/20 (Nova Lei do Fundeb) poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

A constatação de indisponibilidade financeira de recursos do Fundeb ao final do exercício, por si só, remete ao descontrole na movimentação financeira e ensejaria irregularidade, a priori, sobretudo pela presumida ausência de prestação de contas dos recursos do fundo no exercício.

Contudo, verifica-se que o resultado financeiro negativo foi causado pela não consideração do montante de R\$ 58.544,16 na apuração da aplicação mínima legal, por se referir a regularização orçamentária relativa a ajuste na receita bruta de transferência do Fundeb, vide tópico 6.1.1. Assim sendo, a indisponibilidade não será considerada como irregularidade na presente análise.

Como visto, a especializada apurou que o superávit na conta do Fundeb possuía montante inferior ao saldo a empenhar, e que tal diferença se referia a não consideração do montante de R\$58.544,16 na apuração da aplicação mínima legal.

Entretanto, como visto anteriormente, não foram expurgados os R\$58.544,16 em minha análise, sendo que o resultado financeiro do Fundeb deve ser o seguinte:

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB	
Descrição	Valor - R\$
(A) Superávit na conta Fundeb em 31/12/2021	534.077,67
(B) Saldo a empenhar no exercício seguinte	533.615,77
(C) Resultado apurado (A - B)	461,90

Fonte: Balancete contábil do Fundeb – Peça 106, e tópico 7.3.3.1.



Como visto, o superávit financeiro registrado no Balancete Contábil de Verificação em 31.12.2021 revela-se suficiente para fazer face ao saldo a empenhar em 2023.

Cabe, ainda, destacar que o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (Peça 32), sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo concluiu pela aprovação, conforme previsto no parágrafo único do artigo 31 c/c o inciso I, § 2º, do artigo 33 da Lei Federal n.º 14.113/20.

#### **7.4 GASTOS COM SAÚDE**

Da análise do quadro a seguir, verifica-se que o município aplicou **32,12%** das receitas de impostos e transferências de impostos em ações e serviços públicos de saúde, **cumprindo** o estabelecido no artigo 7º da Lei Complementar nº 141/12 (aplicação mínima de 15%):

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
<b>RECEITAS</b>	
<b>(A)</b> Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	56.056.555,09
<b>(B)</b> Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	1.300.862,48
<b>(C)</b> Dedução do IOF-Ouro	0,00
<b>(D) Total das receitas</b> (base de cálculo da saúde) <b>(A-B-C)</b>	<b>54.755.692,61</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE</b>	
<b>(E) Despesas pagas</b> custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	17.586.401,79
<b>(F) Restos a pagar processado e não processados</b> , relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa	0,00

(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira	0,00
(H) Total das despesas consideradas = (E+F-G)	<b>17.586.401,79</b>
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%	<b>32,12%</b>
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	<b>0,00</b>

**Fonte:** Quadro do item 6.3.2.1 (Peça 145, fl. 31), Anexo 10 Consolidado – Peça 158 (Manifestação do Responsável), Documento de cancelamento de RP na fonte "Impostos e Transferências de Impostos" – Peça 121 e Relatório Analítico Saúde – Peça 135, e Documentos de arrecadação do FPM de julho e dezembro – Peças 136 e 137.

**Nota:** as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CRFB), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro de cada exercício. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 08/07/2021 e 09/12/2021. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, § 2º, inciso III da CRFB, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Destaco, ainda, que o Conselho Municipal de Saúde, em seu parecer constante à Peça 37, opinou favoravelmente pela aprovação quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90, c/c § 1º, artigo 36, da Lei Complementar n.º 141/12.

## 7.5 REPASSE FINANCEIRO PARA O LEGISLATIVO

### 7.5.1 VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (ART. 29-A, § 2º, INCISO I)

No demonstrativo a seguir, é evidenciado que o limite de repasse do Executivo para o Legislativo, conforme dispõe o art. 29-A, §2º, inciso I, da Constituição Federal, **foi respeitado**.

Limite de repasse permitido Art. 29-A (A)	Repasse recebido (B)	Valor devolvido ao poder executivo (C)	Repasse recebido acima do limite (D) = (B - C) - (A)
3.072.187,15	2.821.663,00	274.717,64	0,00

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 133 (fl. 61) e comprovante de devolução de duodécimos à Prefeitura – Peça 53.

## 7.5.2 VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA CÂMARA (ART. 29-A, § 2º, INCISO III)

Limite de repasse permitido Art. 29-A (A)	Orçamento final da Câmara (B)	Repasse recebido (C)	Valor devolvido ao Poder Executivo (D)	Repasse apurado após devolução (E) = (C) - (D)	Despesa Empenhada pela Câmara
3.072.187,15	2.821.663,00	2.821.663,00	274.717,64	2.546.945,36	2.546.945,36

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 133 (fl. 61), Balanço Orçamentário da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 133 (fls. 58 a 60) e comprovante de devolução de duodécimos à Prefeitura – Peça 53.

No demonstrativo acima, é evidenciado que o valor repassado à Câmara **observou** o previsto no inciso III, § 2º, do artigo 29-A da Constituição Federal.

## 8 DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES

### 8.1 ROYALTIES

Em conformidade com a Lei Federal n.º 7.990, de 28.12.89, alterada pela Lei Federal n.º 12.858/13, é vedada a aplicação dos recursos provenientes de *royalties* no quadro permanente de pessoal e no

pagamento da dívida, excetuando-se o pagamento da dívida com a União.

Os recursos provenientes de *royalties* também podem ser utilizados para capitalização de fundos de previdência, conforme a Lei Federal nº 10.195/01.

### 8.1.1 RECEITAS

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos recursos dos *royalties* no exercício de 2021:

RECEITAS DE ROYALTIES			
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
<b>I – Transferência da União</b>			<b>14.766.966,11</b>
Compensação financeira de recursos hídricos		0,00	
Compensação financeira de recursos minerais		0,00	
Compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto e gás natural		<b>14.766.966,11</b>	
Royalties pela produção (até 5% da produção)	14.480.233,71		
Royalties pelo excedente da produção	0,00		
Participação especial	0,00		
Fundo especial do petróleo	286.732,40		
<b>II – Transferência do Estado</b>			<b>2.752.104,90</b>
<b>III – Outras compensações financeiras</b>			<b>737.598,68</b>
<b>IV - Subtotal</b>			<b>18.256.669,69</b>
<b>V – Aplicações financeiras</b>			<b>0,00</b>
<b>VI – Total das receitas ( IV + V )</b>			<b>18.256.669,69</b>

**Fonte:** Anexo 10 Consolidado – Peça 158 (Manifestação do Responsável).

**Nota:** o valor da receita total consignado no quadro acima não contempla eventuais valores arrecadados decorrentes de *royalties*

recebidos a título de cessão onerosa previsto na Lei Federal n.º 13.885/19.

## 8.1.2 DESPESAS

O demonstrativo, a seguir, evidencia as despesas custeadas com recursos da compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto, gás natural e recursos hídricos:

<b>DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS <i>ROYALTIES</i></b>		
<b>Descrição</b>	<b>Valor - R\$</b>	<b>Valor - R\$</b>
<b>I - Despesas correntes</b>		<b>13.939.400,51</b>
Pessoal e encargos	0,00	
Juros e encargos da dívida	0,00	
Outras despesas correntes	13.939.400,51	
<b>II - Despesas de capital</b>		<b>2.587.834,98</b>
Investimentos	2.587.834,98	
Amortização de dívida	0,00	
Outras despesas de capital	0,00	
<b>III - Total das despesas ( I + II )</b>		<b>16.527.235,49</b>

Fonte: Quadro - Total das Despesas na fonte de Recurso dos *Royalties* por Grupo de Natureza de Despesa Peça 133 (fl. 119).

Conforme quadro acima, observa-se que o Município de Sumidouro não aplicou os recursos provenientes dos *royalties* em despesas de pessoal ou em amortização e encargos da dívida.

## 8.1.3 DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS *ROYALTIES* CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.858/13

Conforme dispõe a Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais oriundos de contratos de exploração de petróleo, assinados a partir de 03 de dezembro de 2012, deverão ser aplicadas 75% na área de educação e 25% na área de saúde, sendo tais recursos aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Da análise do quadro a seguir, verifica-se que o município aplicou 11,92% dos recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal nº 12.858/2013 na saúde e 26,76% na educação, não atendendo integralmente ao estabelecido no § 3º, artigo 2º, da referida lei:

<b>Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> Pré-Sal</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal nº 12.858/2013	737.598,68
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	184.399,67
Aplicação de Recursos na Saúde	87.937,54
% aplicado em Saúde	11,92%
Saldo a aplicar	96.462,13
Aplicação Mínima na Educação – 75%	553.199,01
Aplicação de Recursos na Educação	197.348,00
% aplicado em Educação	26,76%
Saldo a aplicar	355.851,01

Fonte: Modelo 21 - *Royalties* Lei nº 12.858/13, Peça 133 (fl. 125).

Destaco, ainda, que, na Prestação de Contas de Governo do município referente ao exercício anterior, o Plenário desta Corte determinou que o jurisdicionado aplicasse, além dos recursos recebidos no exercício, os valores não aplicados nos exercícios anteriores.

Ressalto que tal determinação foi descumprida em 2021, posto que o município nada aplicou no presente exercício dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/13 recebidos nos exercícios de 2018 e 2020.

Isto posto, a seguir apresento a consolidação dos valores acumulados devidos de aplicação nos exercícios de 2018, 2020 e 2021:

<b>Saldos a Aplicar dos Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013</b>		
<b>Exercícios</b>	<b>Saúde (R\$)</b>	<b>Educação (R\$)</b>
<b>2018</b>	35.487,42	106.462,26
<b>2019</b>		
<b>2020</b>		58,11
<b>2021</b>	96.462,13	355.851,01
<b>Total</b>	<b>131.949,55</b>	<b>462.371,38</b>
<b>Total geral não aplicado</b>	<b>594.320,93</b>	

A fim de se manter a harmonia das decisões plenárias acerca do tema, tendo em vista que até então este Plenário tem acompanhado o entendimento do Corpo Instrutivo em tratar a aplicação parcial dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 como ressalva/impropriedade, acompanho a sugestão da especializada e tratarei tal fato como **RESSALVA** em minha conclusão, incluindo uma **DETERMINAÇÃO** para

que, em 2022, sejam aplicados os recursos dos royalties recebidos no exercício, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde, conforme o § 3º, artigo 2º da Lei Federal n.º 12.858/2013, acrescidos dos valores não aplicados nos exercícios anteriores (R\$131.949,55 na saúde e R\$462.371,38 na educação).

Ressalto, por fim, que este Tribunal, em sessão de 13.07.2022, nos autos do Processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21, revogou a tese fixada nos autos do processo TCE-RJ n.º 209.143-9/06 e firmou novo entendimento acerca da utilização de recursos provenientes de repasses de *royalties* de petróleo para pagamento de despesas com pessoal e previdenciárias, tais como: aporte, alíquota complementar, parcelamentos e alíquota patronal, nos seguintes termos:

**2.1.** excetuada a hipótese prevista no art. 8º, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 7.990/89, as despesas de pessoal com servidores efetivos, cargos em comissão, agentes políticos e prestadores de serviços terceirizados, que tenham por objetivo substituir servidores, incluídas as contribuições previdenciárias patronais, são consideradas como despesas com quadro permanente de pessoal e não podem ser custeadas com os recursos das compensações financeiras previstas na Lei Federal n.º 7.990/89.

**2.2.** As compensações financeiras podem ser utilizadas para aportes ao fundo de previdência, visando à sua capitalização e equacionamento do déficit atuarial, nos moldes do previsto na Lei nº 7.990/89, art. 8º, § 2º, devendo cumprir as condições previstas no artigo 1º da Portaria MPS n.º 746/2011, especialmente quanto à aplicação dos recursos advindos dos aportes para cobertura de *déficit* atuarial pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

**2.3.** Excetuada a hipótese prevista no art. 8º, § 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 7.990/89, as compensações financeiras não podem ser utilizadas para custeio de contribuição suplementar instituída em plano de equacionamento de *déficit* atuarial por serem consideradas um encargo social, conforme dispõe o art. 18, *caput*, da LRF, ostentando, portanto, natureza de despesa com pessoal, e incidindo, portanto, a vedação contida na Lei nº 7.990/89, art. 8º, *caput*.

**2.4.** As compensações financeiras não podem ser utilizadas para pagamento de dívidas decorrentes do não recolhimento de contribuições patronais, sob pena de violação ao comando previsto no art. 8º, *caput*, da Lei 7.990/89, que veda a utilização das mesmas para pagamento de dívidas e despesas com pessoal.

Com relação a este tema, ressalto que, na sessão plenária realizada em 05 de outubro de 2022, o ilustrado Colegiado deste Órgão Constitucional de Controle Externo, acolhendo os termos constantes do voto



do Exmo. Conselheiro Substituto Relator Marcelo Verdini Maia, nos autos do Processo TCE-RJ n.º 208.708-6/22, referente à Prestação de Contas de Governo (exercício de 2021) do município de Cabo Frio, decidiu pela Comunicação a todos os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais jurisdicionados deste Tribunal, dando-lhes ciência da decisão proferida nos autos do processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21, bem como que a nova metodologia passaria a ser considerada apenas a partir das Contas de Governo relativas ao exercício de 2024, a serem encaminhadas no exercício de 2025.

Considerando a relevância da matéria, entendo importante reiterar, na conclusão do meu voto, a **COMUNICAÇÃO** alertando o gestor quanto à mudança de metodologia mencionada acima.

## 8.2 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

O *Parquet* se manifestou quanto à Transparência da Gestão Fiscal da seguinte forma:

Em consulta ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Sumidouro (<https://www.sumidouro.rj.gov.br>), constatou-se que encontram-se disponibilizados no portal da transparência o relatório analítico e o respectivo parecer prévio deste Tribunal referentes as Contas do Chefe do Poder Executivo dos exercícios financeiros de 2011 a 2020 (contas de governo), **desacompanhados da documentação constitutiva da respectiva Prestação de Contas**. Em relação às contas anteriores a 2020 inclusive, esta lacuna, porém, é suprida através do *Link de acesso* ao Portal deste TCE-RJ disponibilizado no próprio *site* da prefeitura municipal, onde ao clicar no mencionado *link* o consulente é direcionado ao conteúdo (da documentação ao Parecer Prévio) de todo o processo da prestação de contas examinada no âmbito desta Corte:

Contas de Governo dos Municípios

Ano:  - com 4 (quatro) dígitos

Município:

No Processo	Orgão/Origem	Interessado	Assunto
208695-1/21	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	ELIÉSIO PERES DA SILVA	REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020
211126-1/20	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	ELIÉSIO PERES DA SILVA	REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019
207064-2/19	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	ELIÉSIO PERES DA SILVA	REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018
211261-0/18	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	ELIÉSIO PERES DA SILVA	REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017
205644-0/17	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	JUAREZ GONÇALVES CORGUINHA	REF EXERC 2016
215905-2/16	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	REF EXERC 2015
210786-7/15	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	REFERENTE EXERCÍCIO 2014
206644-1/14	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	PREFEITURA SUMIDOURO	ENCAMINHA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013.
215214-5/13	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	PREFEITURA SUMIDOURO	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2012
205074-9/12	PREFEITURA MUN SUMIDOURO	PREFEITURA SUMIDOURO	PRESTACAO CONTAS ADMINISTRACAO FINANCEIRA REF EXERC 2011

1 2 3 »

Por outro lado, a documentação constitutiva da presente prestação de contas (exercício de 2021) não se encontra disponível no site da Prefeitura Municipal de Sumidouro e nem é possível sua consulta no portal deste TCE-RJ, em razão do processo da referida prestação de contas se encontrar, nesta data, tramitando sem a apreciação do Plenário, conforme aviso constante site deste TCE-RJ:

As informações e as peças processuais só ficam disponíveis para consulta após decisão do respectivo Relator e/ou do Plenário. Não será disponibilizado o conteúdo de processos sigilosos, conforme determina o artigo 4º, IX da Resolução TCE-RJ nº 275/2013. A parte ou o seu procurador poderão obter vista/cópia de informações e peças processuais que ainda não foram submetidas à apreciação do Relator. O pedido deverá ser encaminhado para a CPR - Coordenadoria-Geral de Prazos e Diligências por meio do e-mail: cpr@tcerj.tc.br. Tel: (21) 3231-5366.

Dessa forma, o Município **Não** está atendendo o disposto no artigo 126 da Constituição Estadual e na forma do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00. Fato que deve ser qualificado como **Impropriedade** acompanhada de **Determinação**.

Com relação a este item, corroboro o entendimento do Ministério Público de Contas e faço constar tal fato como **RESSALVA** e **DETERMINAÇÃO** em minha conclusão.

### 8.3 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL - IEGM

A esse respeito, a Especializada assim se posicionou:

A Deliberação TCE-RJ n.º 271/17 estabeleceu normas relativas à apuração do IEGM por parte desta Corte de Contas, devendo os órgãos executivos dos entes sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, responder, em caráter obrigatório, aos questionários para a apuração do índice.

Conforme o art. 2º da supracitada deliberação, as respostas aos quesitos passíveis de comprovação com evidências deverão ser validadas pelo responsável pelo órgão central de controle interno, em observância ao disposto no art. 53, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90, mediante a emissão de certificado.

O Certificado de Validação de que trata o art. 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 271/17, Peça 130, no qual o responsável pelo órgão de Controle Interno, após proceder ao exame dos quesitos presentes no questionário para apuração do índice de efetividade da gestão pública e à análise da adequação entre as respostas apresentadas e as respectivas evidências, certificou que as respostas são suficientes, relevantes, válidas e confiáveis para subsidiar a elaboração do referido índice.

## **8.4 EDITAIS**

Considerando os dados presentes no sistema SIGFIS, a Especializada constatou que o município apresentou 01 (um) edital de forma intempestiva, e que nenhum edital foi encaminhado após a realização do certame.

Tal fato será objeto de **COMUNICAÇÃO** em minha conclusão.

## **8.5 CONCESSÃO**

Com relação a este item, o Corpo Técnico assim se pronunciou:

A Constituição Federal estabelece que o poder público tem a incumbência da prestação de serviços públicos, seja de forma direta ou indiretamente por meio de concessões ou permissões, conforme previsão do artigo 175.

A Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, veio para atender ao mandamento constitucional do art. 175, dispondo sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e estabelece regras para definir o serviço adequado, os direitos e obrigações dos usuários dentre outras disposições.

Já no ano de 2004, foi sancionada e publicada a Lei Geral das Parcerias Público Privadas (PPP), Lei Federal n.º 11.079, que regula as parcerias públicas para projetos nos quais haverá participação do poder público. Na PPP, a remuneração do parceiro privado é proveniente, parcial ou totalmente, de aportes financeiros realizados pelo poder público.

Ressalta-se que os contratos firmados no âmbito das concessões e PPPs são de longa duração, envolvem vultosos recursos,

possuem elevada relevância social, bem como podem sofrer revisões ao longo da sua duração.

Dado a importância do tema, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ao elaborar as diretrizes de gestão para o Biênio 2021/2022, definiu quatro pressupostos básicos de gestão, dentre esses, o pressuposto básico número 1 trata da *"ênfase na fiscalização, por meio de Auditorias Governamentais, organizadas por políticas públicas, com prioridade no Controle Externo da Regulação de serviços público"*.

Nesse sentido, para o adequado planejamento das ações de controle voltadas para as atividades de regulação e prestação de serviços públicos, faz-se necessário que a base de dados do Sistema Integrado de Gestão Fiscal deste Tribunal garanta a atualidade, integridade e fidelidade das informações prestadas por todos os jurisdicionados municipais referentes aos contratos de concessões e PPPs<sup>3</sup>. Desse modo, o TCE-RJ solicitou aos municípios o preenchimento do Modelo 27, anexo que compõe as contas de governo de 2021, divulgada conforme Portaria SGE n.º 09, de 15/12/2021.

De acordo com o apresentado pelo Município, Peça 132, no exercício de 2021, não existiam concessões vigentes, estando, portanto, regular quanto às informações prestadas por meio do Modelo 27.

## **9      CONTROLE INTERNO**

A Constituição Federal traz determinação quanto à necessidade de implantação do Controle Interno pelos Poderes Federados, o qual tem as suas atribuições básicas definidas no artigo 74 desse diploma normativo.

O Corpo Instrutivo, em sua análise quanto a este tópico, discorre sobre a importância, as competências, a finalidade e os deveres dos Sistemas de Controle Interno, e sugere, ao fim, a **comunicação** ao responsável pelo setor, para que o mesmo tome ciência do exame realizado, adotando as providências que se fizerem necessárias, a fim de elidir as falhas detectadas, informando, no relatório de auditoria do próximo exercício, quais foram as medidas adotadas.

Ratifico a sugestão da especializada, fazendo constar tal **COMUNICAÇÃO** em meu Voto.

<sup>3</sup> Consultar o Manual de Utilização do Módulo de Atos Jurídicos - Capítulo 17 – Concessões, disponível no endereço: <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/manuais-sigfis-municipal>.

Com relação ao Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno, a Especializada, em sua análise preliminar, assim se pronunciou:

Situação	Quant.	% em relação ao total
Cumprida	8	57,14%
Cumprida parcialmente	6	42,86%
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10,00%</b>

Fonte: Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE-RJ pelo Controle Interno – Peça 129.

O Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE-RJ pelo Controle Interno informa adequadamente todas as ações e providências visando a corrigir as irregularidades e/ou impropriedades verificadas.

Com relação ao Certificado de Auditoria expedido pelo órgão central de controle interno do Município de Sumidouro sobre as contas em tela, a Especializada traçou o seguinte relato:

O Certificado de Auditoria emitido pelo órgão central de controle interno, Peça 128, opina expressamente pela Regularidade das Contas do chefe de Governo do Município.

## **10 CONCLUSÃO**

A Prestação de Contas apresentada corresponde aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, que tratam da situação do Patrimônio do Município e do aspecto dinâmico das referidas contas.

---

**CONSIDERANDO**, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, estar incluída na competência desta Corte a emissão de Parecer Prévio sobre as contas dos municípios e sugerir as medidas convenientes para a final apreciação da Câmara Municipal;

**CONSIDERANDO** que o Parecer Prévio do Tribunal de Contas deve refletir a análise técnica das Contas examinadas, estando o julgamento das mesmas sujeito às Câmaras Municipais;

**CONSIDERANDO** que, nos termos da legislação em vigor, o Parecer Prévio e o subsequente julgamento da Câmara dos Vereadores não eximem as responsabilidades de ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que geriram numerários, valores e bens municipais, os quais, sob a jurisdição desta Corte, estão sendo e/ou serão objeto de fiscalização e julgamento por este Tribunal de Contas;

**CONSIDERANDO** que, no exercício de 2021, o Município aplicou o equivalente a 25,11% das receitas de impostos e transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo, assim, ao disposto no artigo 212 da CRFB;

**CONSIDERANDO** que o Município aplicou o correspondente a 74,92% da receita do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica, sendo, portanto, superior aos 70% estabelecidos no artigo 26 da Lei Federal nº 14.113/20 c/c a Lei Federal nº 14.276/21;

**CONSIDERANDO** que o Município aplicou 95,22% dos recursos do

---

FUNDEB de 2021, sendo, por conseguinte, superior aos 90% estabelecidos no artigo 25 da Lei Federal n.º 14.113/20;

**CONSIDERANDO** que, nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicou o equivalente a 32,12% dos recursos oriundos da arrecadação dos impostos, sendo, portanto, superior aos 15% estabelecidos no artigo 7º da Lei Complementar nº 141/12;

**CONSIDERANDO** que os gastos com pessoal se encontram dentro limite estabelecido no artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Posiciono-me **parcialmente de acordo** com o Corpo Instrutivo e com o parecer do Ministério Público de Contas junto ao TCE-RJ, e

## **VOTO:**

I – Pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação, pela Câmara Municipal, das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de **SUMIDOURO, Sr. Eliésio Peres da Silva**, referentes ao **Exercício de 2021**, com as seguintes **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÕES** correspondentes:

## **RESSALVAS E DETERMINAÇÕES**

---

### **RESSALVA N.º 1**

O total geral da coluna do Ativo não coincide com o total geral da coluna do Passivo no Balanço Patrimonial.

### **DETERMINAÇÃO N.º 1**

Observar a correta elaboração do Balanço Patrimonial, obedecendo aos preceitos gerais da escrituração contábil de forma a registrar fidedignamente a situação patrimonial da entidade.

### **RESSALVA N.º 2**

Divergência entre o saldo do patrimônio líquido apurado na presente prestação de contas e o registrado no Balanço Patrimonial Consolidado.

### **DETERMINAÇÃO N.º 2**

Observar o correto registro contábil da movimentação patrimonial, em atendimento à Portaria STN n.º 634/13 c/c Portaria STN n.º 840/16.

### **RESSALVA N.º 3**

Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, sendo constatado um déficit previdenciário, em desacordo com a Lei Federal n.º 9.717/98.

### **DETERMINAÇÃO N.º 3**



---

Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei Federal n.º 9.717/98.

#### **RESSALVA N.º 4**

O Regime Próprio de Previdência Social do Município não possuía Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, válido no período de 08/02/2021 a 12/12/2021, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/98.

#### **DETERMINAÇÃO N.º 4**

Atentar para que, durante todo o exercício, seja cumprido os critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/98 para fins de emissão do CRP, de modo que o Município não fique impossibilitado de receber transferências voluntárias de recursos pela União, impedido de celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, contrair empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União, bem como por instituições financeiras federais e de receber os valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo RGPS.

#### **RESSALVA N.º 5**

O Poder Executivo aplicou 11,92% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 (recebidos em 2021) na saúde e 26,76% na educação, quando deveria aplicar, respectivamente, os percentuais de 25% e 75%, bem como deixou de aplicar os saldos remanescentes dos exercícios financeiros de 2018 e 2020, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da Lei Federal nº 12.858/13 e às determinações deste TCE-RJ.

---

### **DETERMINAÇÃO N.º 5**

Observar a correta aplicação dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal nº 12.858/13, devendo ser aplicados em 2022, além dos recursos recebidos neste exercício, na proporção de 25% para a saúde e 75% para a educação, os valores não aplicados nos exercícios de 2018, 2020 e 2021 no montante de R\$131.949,55 na área da saúde e R\$462.371,38 na área de educação, conforme § 3º, artigo 2º da lei mencionada.

### **RESSALVA N.º 6**

Ausência de ampla divulgação da documentação constitutiva da Prestação de Contas do chefe do Poder Executivo Municipal (contas de governo exercício 2021), em afronta ao disposto no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

### **DETERMINAÇÃO N.º 6**

Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências estabelecidas no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

## **RECOMENDAÇÕES**

### **RECOMENDAÇÃO N.º 1**

No que tange à autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, observar os princípios orçamentários aplicáveis

---

ao tema, a fim de que se consignem percentuais autorizativos razoáveis, que permitam ajustes ao longo do exercício orçamentário sem descaracterizar o orçamento inicialmente aprovado.

## **RECOMENDAÇÃO N.º 2**

Para que o Município atente para a necessidade de estabelecer procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle de desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do Ideb.

**II – Pela COMUNICAÇÃO**, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao **atual responsável pelo controle interno** da Prefeitura Municipal de **SUMIDOURO**, para que:

**II.1** Tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CRFB/88 e no art. 59 da LRF;

**II.2** Quanto à necessidade de estabelecer controles no âmbito municipal para que todas as unidades administrativas enviem tempestivamente, via sistema Sigfis, dados de todos os editais celebrados, em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 312/20.

**III - Pela COMUNICAÇÃO**, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao atual prefeito Municipal de **SUMIDOURO**, para que seja **alertado**:

---

**III.1** Quanto à solução dos problemas apurados em sede de auditorias na gestão tributária municipal, tratadas na instrução de 26.07.2022 do Corpo Instrutivo, nos tópicos **7.6.2**, **7.6.3** e **7.6.4**, até o final de seu mandato, bem como o cumprimento dos outros procedimentos considerados imprescindíveis para a gestão fiscal responsável, mencionados no tópico **7.6.5** da mesma instrução, de forma a atender ao estabelecido no artigo 11 da LRF e nos termos do artigo 30, III combinados com os incisos XVIII e XXII, do artigo 37, da CF, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas;

**III.2** Quanto à necessidade de estabelecer controles no âmbito municipal para que todas as unidades administrativas enviem tempestivamente, via sistema Sigfis, dados de todos os editais celebrados, em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 312/20;

**III.3** Quanto à recente decisão deste Tribunal de 13.07.2022, proferida no bojo do Processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21, que firmou entendimento desta Corte acerca de novas hipóteses para vedação do custeio de despesas com recursos das compensações financeiras (*royalties*) previstas na Lei Federal n.º 7.990/89, assim como da revogação da tese fixada na decisão plenária de 14.12.2006, proferida na consulta tombada sob o Processo TCE-RJ n.º 219.143-9/06, como também que a nova metodologia passará a ser considerada a partir das Contas de Governo relativas ao exercício de 2024, a serem encaminhadas no exercício de 2025,

**III.4** Quanto ao fato de que esta Corte considera grave a inabilitação para eventual recebimento de valor devido a título de complementação da União relacionada ao FUNDEB na modalidade VAAT, decorrente do não encaminhamento ou encaminhamento inconsistente das informações via SICONFI e/ou SIOPE, consoante art. 38 da Lei Federal nº 14.276, podendo tal fato ser ensejador de emissão de parecer prévio contrário em contas futuras.

---

**IV.** Pela **COMUNICAÇÃO**, com fulcro no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao Presidente da Câmara Municipal de **SUMIDOURO**, para que tome ciência quanto à emissão desse parecer prévio, registrando que a íntegra dos autos se encontra disponível no sítio eletrônico desta Corte;

**V.** Pelo **ARQUIVAMENTO** dos autos.

GCS-2, de de 2023.

**ANDREA SIQUEIRA MARTINS**  
**CONSELHEIRA SUBSTITUTA**